

Ao contrário do que alguns pensam, a luta pela regulamentação do ato médico não é uma simples lide corporativa.

Não se pretende garantir uma “reserva de mercado” aos médicos, cerceando a atuação de outros profissionais de saúde.

Propagam tais inverdades aqueles interessados em desmoralizar a luta, de extrema importância para toda população.



É comum ouvirmos de alguns destes gestores um discurso articulado, defendendo suas políticas consoante o princípio “democrático” da igualdade dentro da equipe de saúde. Segundo eles, o chamado “poder médico” – qualificação pejorativa da liderança do médico na equipe – é coisa do passado e não deve prevalecer. Sob a ótica equivocada de uma falsa igualdade de direitos, cuidaram de nivelar por baixo as tabelas salariais do setor público e tentam constantemente substituir o médico nas atividades que requerem capacitação e habilidade específicas da profissão.

A exclusão do médico da assistência traz economia para os gestores e risco para os usuários. Chocou a opinião pública denúncia recente publicada na revista Isto É, envolvendo o óbito de uma gestante em São Paulo. Ela desenvolveu um quadro de eclampsia, pois o diagnóstico de hipertensão arterial não fora feito pelo enfermeiro que a assistia e que, segundo a denúncia, era o responsável pela paciente. E nem poderia, pois este profissional não é habilitado para fazer esse diagnóstico.

Excluir ou simplesmente tentar minimizar o papel do médico na assistência e na equipe de saúde significa expor os demais profissio-

nais a situações difíceis, constrangedoras, absolutamente injustas para quem não está capacitado. Aqui, o rei está nu. Em que base teórica se sustenta a “democrática igualdade” entre profissionais tão desiguais? Não existe. A ordem é reduzir custos, a qualquer preço. Se com o médico é mais caro, façamos sem ele. A população usará? Já se disse uma vez que não passa de mero detalhe. Contradita o “discurso democrático da igualdade entre as profissões” a prática neoliberal da submissão ao mercado. A falácia do título do artigo da Internet volta-se contra o seu criador.

Não se coaduna com o ideário neoliberal, obcecado em perseguir o lucro máximo, a existência de um ofício cuja corporação organizada luta por uma assistência de qualidade, além de propugnar por uma saúde digna para todo o povo. Isso inclui emprego, moradia, saneamento, alimentação adequada, lazer, enfim, tudo o que causa arrepios aos ouvidos dos seguidores da receita do Banco Mundial. E que ainda luta pelo reconhecimento e valorização do seu trabalho, consciente de sua importância para o êxito de qualquer política de saúde. Quanto aos demais profissionais, hoje embalados por sonhos de ampliar seus mercados, que reflatam profundamente sobre

os graves riscos embutidos neste sórdido presente de grego.

Estes gestores, médicos inclusive, que alimentam o ódio a seus pares insuflando a bandeira “diga não ao ato médico”, há muito abandonaram a esquerda, mudaram de lado, se é que algum dia lá estiveram. Vivem hoje subjugados aos ditames do grande capital, dando as costas à população que juraram servir. É a esta nova “esquerda neoliberal” que Roberto Campos se referia quando, em êxtase com o ressurgimento do liberalismo econômico, vaticinava a bancarrota de todos os modelos existentes “pela adesão aos princípios da economia de mercado, substituindo a igualdade pela eficiência”.

Mas o novo milênio chegou, e com ele a esperança de profundas mudanças para nos livrar do pesadelo neoliberal. O novo governo, consagrado nas urnas, tem a responsabilidade de promovê-las. Este debate deve ganhar as ruas. Afinal, como vimos, no bojo desta luta pela definição dos limites e da abrangência dos atos médicos o que está em jogo é o futuro da saúde do povo brasileiro.

Dr. Mauro Brandão Carneiro é conselheiro federal e coordenador da Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico. Contato: mauro@cfm.org.br